

**JUSTIFICAÇÃO DE VOTO DOS ACIONISTAS
MINORITÁRIOS NA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E
EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE MARÇO DE 2003.**

No mês de março/99 foi alterado todo o Conselho de Administração da Petrobrás, sendo substituídos os seis diretores da companhia, que integravam o conselho, por representantes do sistema financeiro internacional como Francisco Gros, que acumulava o cargo no CA com o de diretor do banco Morgan Stanley; Phillippe Reichstul, sócio do Interamerican Express Bank, Gerald Reiss e outros. Este novo conselho estabeleceu uma política predatória na Petrobrás, como a troca de ativos com a Repsol YPF, que deu um prejuízo de cerca de US\$ 2 bilhões à Empresa; vendeu ações nos Estados Unidos, as famosas ADR, (23% de ações ordinárias e 34% de ações preferenciais) por preços que não consideraram as reservas que, pela lei do petróleo, são de quem as produzir. A Petrobrás é dona dos 19 bilhões de barris de reservas provadas, prováveis e possíveis que descobriu. No entanto, as seis empresas estrangeiras, a Merrill Lynch, a Gaffney Cline, a Rotschild e outras, que ficaram um ano no 12º andar do EDISE obtendo informações estratégicas - sob pretexto de avaliar as ações - não incluíram as reservas na avaliação; foi também esse Conselho que instituiu as Unidades de Negócio e o Plano Petrobrás Vida que tanto mal fizeram ao clima organizacional da Petrobrás.

Assim, senhor presidente, como acionista minoritário interessado no bom desempenho da Petrobrás venho solicitar à direção da Companhia e ao MME, cujo representante se acha presente, as seguintes providências:

- 1) Considerando que a troca de ativos com a Repsol YPF está suspensa por liminar concedida à ação conjunta da AEPET com o SINDIPETRO-RS, que a direção da empresa estude uma forma legal de desfazer o negócio sem aumentar o seu prejuízo;
- 2) Rever a política de internacionalização, já que a administração anterior se especializou em adquirir refinarias velhas e ativos deficitários por preços de elevada suspeição, em detrimento de investimentos em áreas onde a Petrobrás ganhou o direito de explorar e está devolvendo por não ter tido recursos suficientes para a exploração. Um exemplo disso são as áreas do Espírito Santo situadas num local cercado por áreas produtoras, podendo ser parte de um "trend" de boa produtividade. É preciso não perder os ativos promissores no País em troca de ativos ruins no exterior que, segundo fomos informados, estão todos dando prejuízo;
- 3) Rever a estrutura em "Unidades de Negócio". Não vemos nenhuma vantagem em ter uma UN-RIO gerenciando operação de plataformas em paralelo com a UN-BC, criando cada uma suas estruturas de almoxarifado, manutenção, inspeção e, o que é pior, criando uma competição predatória entre empregados, o que resulta em paralisação do fluxo de informações e o desmonte do clima organizacional sob o falso pretexto de competição;
- 4) A AEPET vem alertando a diretoria sobre a questão do gasoduto Bolívia-Brasil e questionou publicamente a entrada da Petrobrás na geração termelétrica. Tivemos duas reuniões com o Diretor Delcídio Gómez, à época, sobre o assunto e nos foi dito que era um bom negócio para a Petrobrás, com o que nunca concordamos. Agora, vemos o balanço da empresa mostrar o prejuízo de R\$ 1,5 bilhão neste setor. Segundo os resultados divulgados pela Internet, "A Companhia tem o compromisso de realizar os pagamentos contingentes para três plantas termelétricas do tipo "merchant" (usina Macaé, Eletrobolt e MPX), a fim de reembolsar despesas operacionais, impostos e custos de oportunidade sobre capital investido, caso as receitas auferidas pela venda de energia dessas plantas sejam insuficientes para fazer frente a esses compromissos. Adicionalmente, a Petrobrás tem o compromisso de fornecer gás natural para a produção de energia em oito plantas termelétricas, assim como adquirir parte ou toda a energia por elas geradas a um preço que remunere o capital investido". Informa ainda que a área de gás e energia apurou um prejuízo líquido de R\$ 610 milhões no ano de 2002, 180% superior ao prejuízo apurado no ano de 2001, tendo em vista:
 - Pagamentos contingentes para termelétricas tipo "merchant" - R\$ 828 milhões
 - Provisão para possíveis perdas R\$ 724 milhões pela assunção dos riscos.
 - Despesas financeiras de R\$ 417 milhões, oriundas do endividamento para a construção do Bolívia-Brasil, fortemente oneradas pela desvalorização cambial de 52% ao ano.



- 5) A Quinta Rodada de Licitações, Sr. Presidente e Senhor Representante do Governo Federal, é uma agressão continuada à Soberania Nacional. As empresas que ganharem as concessões serão proprietárias do petróleo que produzem e podem exportá-lo (arts. 26 e 60 da Lei 9.478/97). Nossas reservas que poderiam nos suprir por 40 anos podem ser exauridas em menos de 10 anos;
- 6) Finalmente, gostaríamos de sugerir ao representante do Governo Federal que seja estabelecida uma estratégia de recompra das ações da empresa vendidas nos EUA na forma de ADR. São 23% de ações ordinárias e 34% de ações preferenciais. Segundo informações obtidas na Internet, um total de cerca de 36% do capital total foi vendido para empresas americanas. Uma simulação feita para efeito de raciocínio mostra que, como em 1/1/2002 o dólar estava cotado a R\$ 2,31 e em 31/12/2002 a cotação era de R\$ 3,50 representando uma variação cambial de 51%, os dividendos que a Petrobrás tem que pagar às companhias americanas são em dólares. Supondo que sejam 10% de dividendos, em dólar, sobre o capital investido, a Petrobrás terá que gerar recursos, em reais, para remunerá-los e atualizar o valor do principal pela variação cambial. Esse fato mostra que só no ano 2002, para os 36% dos R\$ 16 bilhões do Capital Social, ou R\$ 5,8 bilhões, a empresa teve que gerar R\$ 3,87 bilhões para remunerar aqueles acionistas. Isto representa 66,67% do capital investido no início do ano 2002.

O pior dessa história é que os investidores americanos passam a interferir na administração da Petrobrás, retirando dela a condição de gerir um bem altamente estratégico para o País, passando a trabalhar para gerar lucros para investidores que não correram nenhum risco e compraram ações subavaliadas, na bacia das almas.

Considerando ainda o exemplo da invasão do Iraque pelos Estados Unidos, o que evidencia a importância estratégica do petróleo, faz-se necessária uma nova postura do governo Federal na questão energética e particularmente na do petróleo. Como disse no III Fórum Social Mundial um dos lúcidos economistas brasileiros da atualidade, Reinaldo Gonçalves, "A Argentina é o exemplo claro de que não adianta a oposição ganhar a eleição se não tiver coragem para mudar".

Solicitamos que, na forma da Lei este voto faça parte da Ata dessa Assembléia.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2003.

Fernando Leite Siqueira
Presidente da
Associação dos Engenheiros da PETROBRÁS - AEPET

Arq. G:/Sydney Reis/Justificação de voto AGO - 27-03-03.doc